

OS DESAFIOS DAS TAREFAS DEMOCRÁTICAS DA ESQUERDA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA LUTA ANTICAPITALISTA DO SÉCULO XXI: A LUTA PELA REESTATIZAÇÃO DA COELCE

Educando: Cezar Amario

Introdução:

O debate em torno das relações entre a luta pelas melhores condições de vida dos trabalhadores e a luta revolucionária pelo poder político, esteve presente nos principais momentos da história da luta de classes da sociedade capitalista; sejam as revoluções democráticas dos séculos XVIII e XIX; sejam os levantes revolucionários que colocavam a construção do socialismo na ordem do dia. Esse debate se faz através da *discussão sobre as conexões intermediárias que permitiriam inserir o conteúdo emancipador nas lutas cotidianas da classe trabalhadora, a partir das contradições inerentes do próprio modo de produção capitalista*. Essa discussão é o cerne através do qual se fez (e se faz) as discussões programáticas e as propostas de ação do proletariado, seja em sua luta cotidiana, seja em períodos pré-revolucionários¹.

No caso da América Latina e dos países que se formaram durante o período colonial, construir, na prática, a relação entre a luta pela melhoria das necessidades imediatas e a luta política apresenta alguns aspectos diferenciados em relação ao que era feito na Europa ocidental no início do século XX. Isso porque a determinação das tarefas imediatas da classe proletária nestes povos, relaciona-se a determinados aspectos da ordem social capitalista². É neste sentido que se insere uma das principais lutas da esquerda latino-americana: a luta pela soberania nacional. É sabido que, na América Latina, o desenvolvimento da luta pela sua autonomia política, econômica e cultural, envolve a luta contra a ordem mundial imperialista e uma alteração na divisão internacional do trabalho (condição fundamental para a vitória do socialismo). Não obstante, a luta pela autonomia nacional - se não correlacionada com a luta revolucionária -, possui limites e apresenta, até mesmo, retrocessos para a classe trabalhadora, na medida em que, sem se orientar para a construção do socialismo, esta luta pode levar à reprodução da política imperialista³.

Nos últimos quinze anos, a luta pela soberania nacional no Brasil se deu através da luta contra as privatizações das principais empresas estatais que, a partir de 1994, passaram a ser sistematicamente

¹. Durante a primeira metade do século XX esse debate conheceu três grandes momentos importantes para a esquerda mundial. O primeiro momento foi em 1900, com a discussão no interior do PSD-Alemão entre os revisionistas liderados por Eduard Bernstein e os ortodoxos liderados por Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, que conheceu o seu ápice na Revolução Russa de 1905. Ver em Ver em LUXEMBURGO Rosa *Reforma ou Revolução*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 1999.. Ver também em LUXEMBURGO Rosa *Greves de Massas, Partido e Sindicato*. Tradução de Geraldo Martins de Azevedo, em *Teoria da Organização Política vol. 1*. BOGO Ademar org. Editora Expressão Popular, São Paulo-SP, 2005, 2ª edição. O segundo momento dá-se entre 1917 e 1919 no debate sobre o caráter e a natureza da Revolução Russa feito entre Karl Kautsky (agora nas fileiras reformistas da II Internacional) e Vladimir Lênin. Ver em LÊNIN Vladimir. Kautsky /Lênin. *A Ditadura do Proletariado/A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Tradução de Eduardo Sucupira filho e Aristides Lobo. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1989. O terceiro momento dá no final da década de vinte no debate entre Trotsky e os epígonos da Terceira Internacional a respeito da tática das Frentes Populares. Ver em *A Revolução Permanente*. TROTSKY Leon. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.

². Para uma discussão sobre esse tema ver em FERNADES Florestan. *O que é Revolução* em *Teoria da Organização Política vol. 2*. BOGO Ademar org. Editora Expressão Popular, São Paulo-SP, 2005, 2ª edição.

³. MARINI M. Ruy. *La Acumulación Capitalista Mundial y El Subimperialismo*. Ver em *Cuadernos Políticos n. 12*, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977. <http://www.marini-escritos.unam.mx>

privatizadas. Desde o início da década de noventa, essa luta suscitou na esquerda brasileira, o discurso pela defesa da estatização dos setores estratégicos da economia nacional. No entanto, se a palavra de ordem da estatização (ou re-estatização) é uma necessidade imediata da luta socialista, (na medida em que se contrapõem aos interesses dos grandes grupos econômicos do imperialismo); não se pode, na própria luta contra as privatizações, deixar de questionar o caráter do Estado; de indagar em que sentido a estatização é um elemento necessário para a organização socialista da produção; de levantar outros elementos que devem estar associados à estatização, no sentido desta se direcionar para a socialização dos meios de produção.

A autonomia nacional, por si mesma, é comum a todas as nações capitalistas. É preciso observar, que, nas grandes potências do capitalismo internacional, o Estado tem o controle das empresas estratégicas da economia nacional, embora, na sua organização econômica, exista a presença hegemônica da iniciativa privada. O que diferenciaria então, a proposta de autonomia nacional feita pela esquerda socialista, das propostas capitalistas de autonomia que propõem, para o Estado, a reprodução da política imperialista para os outros países? O que diferenciaria as propostas da esquerda para a construção de uma organização econômica socialista que atenda as necessidades imediatas da população, das propostas de caráter keynesiano?

Essas questões foram os elementos norteadores deste trabalho, na medida em que, a luta pela transformação da matriz energética brasileira⁴, também envolve a luta contra as privatizações do sistema de distribuição elétrica. Propor para a sociedade brasileira uma nova matriz energética é também propor para esta, novas prioridades nos investimentos públicos, novos critérios para o desenvolvimento da sociedade e, principalmente, a construção de uma proposta de autonomia nacional que se diferencia da forma como as potências imperialistas impõem sua autonomia diante das outras nações.

Este trabalho se orienta através dos seguintes eixos temáticos: a investigação do processo de privatização da Companhia Energética do Ceará - COELCE e suas conseqüências para a classe trabalhadora cearense no contexto do processo de privatizações no Brasil entre os anos de 1994 e 1998⁵. O outro eixo temático é a análise das contradições e limites do discurso sobre a atual concepção de autonomia nacional vigente na esquerda brasileira e sua relação com a campanha pela reestatização da COELCE encampada pelos movimentos populares do Ceará.

A proposta de crítica a esse discurso não se fundamenta na negação da necessidade da luta pela soberania nacional, nem na negação da reestatização da COELCE como palavra de ordem para os movimentos populares do Ceará, mas, em se compreender como esta palavra de ordem pode se desenvolver para uma luta emancipatória, na medida em que ela pode se relacionar, simultaneamente, com a luta pelas necessidades imediatas dos trabalhadores (tendo em vista o aumento da tarifa de energia após a privatização) e a luta por uma nova matriz energética (que se insere na luta pela soberania nacional).

Para isso deve-se compreender não apenas os elementos técnicos que envolvem este debate, mas as relações políticas entre o Estado e os movimentos sociais. Por isso, a crítica se inicia fazendo uma discussão

⁴. Como fora explicado e debatido durante o curso, entende-se aqui por nova matriz energética não a substituição das fontes de energia, mas a reorientação das prioridades no processo de distribuição energética.

⁵. Para uma análise do processo de privatização da rede elétrica neste período consultamos a tese de doutorado do prof. Dorival Gonçalves Júnior "*Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas 'Fontes' e o Controle dos Excedentes*" que gentilmente disponibilizou para a realização deste artigo.

de ordem mais imediata. Trata-se da relação entre a reestatização da COELCE e a composição do preço da tarifa elétrica. Nesse sentido, qual seria a *redução real* do preço da energia elétrica caso a COELCE seja reestatizada?

O desenvolvimento deste trabalho procura, portanto, entender o problema da reestatização tendo em vista o Estado como sendo um instrumento de dominação nas mãos da burguesia. Dessa forma a questão que se impõem é: como pode a classe trabalhadora exercer alguma forma de poder político sobre as empresas nacionais? Tendo em vista o caráter de classe do próprio Estado (e nesse sentido, o Estado Brasileiro é o Estado da Burguesia e não do “povo” brasileiro) o proletariado organizado deve ter instrumentos mínimos de fiscalização sobre a administração destas empresas frente ao Estado, assim como no direcionamento das divisas que estas geram para o orçamento do país⁶.

Para tanto se inicia esta apresentação contextualizando os principais aspectos teóricos e históricos das determinações do Estado na América Latina e as mudanças trazidas pelo neoliberalismo neste continente, para fundamentar a descrição do processo de privatização da COELCE e as suas conseqüências para a sociedade cearense entre os anos de 1998-2008. A segunda parte deste trabalho dedica-se a entender, como, no contexto da investida neoliberal, constrói-se na esquerda brasileira o discurso pela luta contra as privatizações como tarefa imediata na luta pela soberania nacional. Essa investigação procurará fundamentar a luta pela reestatização da COELCE tentando indicar sob que aspectos, ela pode significar uma luta progressista.

1. A teoria marxista e o Estado: um esforço teórico de compreensão da questão contemporânea do Estado na América Latina a partir do materialismo dialético

Na literatura marxista, o momento histórico em que o Estado aparece se dá quando a divisão social do trabalho deixa de ser a divisão mecânica do trabalho coletivo e passa ser uma forma de estrutura social determinada pelas classes sociais e seus conflitos internos⁷.

Se, num primeiro momento, a divisão social do trabalho se dá através da divisão entre os sexos, orientada pela separação entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, o desenvolvimento das formas de

⁶. Ver em MARINI Ruy M. *Sobre o Estado na América Latina em Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005.

⁷. “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade, ou pela destruição das duas classes em conflito”. MARX K./ENGELS F. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina, Editora BOITEMPO, São Paulo, 2005, 1ª Edição, 4ª reimpressão. Em nota de rodapé Engels nessa passagem esclarece que à *história* que Marx se referia “a toda história escrita”: “A pré-história, a organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847. Mais tarde, Haxthausen (August von, 1792-1866) descobriu a propriedade comum da terra na Rússia, Mauer (Georg Ludwig Von) mostrou ter sido essa a base social da qual as tribos teutônicas derivaram historicamente e, pouco a pouco, verificou que a comunidade rural era a forma primitiva da sociedade, desde a Índia até a Irlanda. A organização interna dessa sociedade comunista primitiva foi desvendada por Morgan (Lewis Henry, 1818-81) da verdadeira natureza de *gens* e de sua relação com a *tribo*. Após a dissolução dessas comunidades primitivas, a sociedade passou que a dividir-se em classes distintas”. MARX K./ENGELS F. *Ibidem*. Sobre o processo de dissolução das sociedades comunistas primitivas para a formação da divisão social do trabalho e do Estado ver em ENGELS F. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Ciro Mioranza. Editora Escala, São Paulo, 2006, 2ª Edição. *Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal*.

propriedade (desenvolvimento este fundado nas relações de dominação⁸), vem dar origem à *propriedade privada fundiária* e a exploração do trabalho.

Nesse processo, as tribos (comunidades autônomas e rurais) foram gradativamente substituídas pelas cidades-estado (comunidades cosmopolitas interligadas pelo comércio), mudando também a dinâmica interna da vida social, nestas (as cidades-estado). O desenvolvimento das relações sociais não se dá mais pelos laços familiares, mas pelas relações entre classes sociais que se formam no interior das cidades-estado⁹.

As relações sociais baseadas na exploração entre classes tornam necessárias a criação de um exército permanente responsável por manter tanto as fronteiras externas, quanto para resolver os problemas internos entre as classes, como uma revolta de escravos contra seus senhores ou a disputa entre comerciantes e latifundiários. Junto ao exército, cria-se um conjunto de instituições sociais que não está mais diretamente dependente da autoridade patriarcal, mas que se constitui num poder *autônomo*, o poder *político*¹⁰.

O Estado é a forma de organização social (de caráter histórico) que *vem do interior da sociedade* e se torna numa forma de poder social *autônoma* do restante desta. No entanto, o caráter autônomo desta forma de organização não tira o fato de que *as características e as transformações que acontecem no Estado são o resultado das transformações e contradições do interior da sociedade*. Ele surge na medida em que se torna necessário um órgão central para *a organização geral da produção* na medida em que a sociedade atingiu um nível adiantado de fragmentação e isolamento entre os diferentes ramos de trabalho¹¹.

Tendo em vista esses aspectos gerais da formação histórica do Estado é que se pode entender as articulações do Estado Burguês. A *igualdade* e a *liberdade* aparecem nessa determinada forma de sociabilidade como elementos necessários para a atividade da permuta, onde *o mercado passa a ser o pressuposto da liberdade e da igualdade* condicionando-as à *lógica da acumulação de valores de troca como pré-condição para o acesso aos valores de uso*.

O Estado Burguês, como uma instituição composta por indivíduos livres e autodeterminados, deve necessariamente estruturar suas instâncias de poder segundo os pressupostos da igualdade e da liberdade política e jurídica, daí a necessidade de o Estado Burguês assumir a forma do Estado Constitucional.

No entanto, considerar apenas as relações históricas e sociais que determinaram a origem do Estado Burguês, bem como o caráter limitado da igualdade e da liberdade política, não é suficiente para fundamentar a crítica que se tenta empreender neste artigo. É preciso considerar também a relação entre o

⁸. Essas relações ocorrem inicialmente através das relações de subordinação entre os sexos e amplia-se posteriormente para os grupos familiares (os clãs) entre si. Essa última forma de exploração dá origem à escravidão e, conseqüentemente ao surgimento da guerra como forma de organização econômica de determinadas sociedades que viviam da espoliação e que deram origem aos grandes impérios da humanidade (assírios; persas; macedônios e os romanos). Ver em ENGELS F. *Ibidem*.

⁹. Ver o processo de redistribuição territorial em Atenas e Roma, feitos a partir do momento em que a propriedade privada fundiária se consolida nestas sociedades. BEER Max. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Tradução Horácio Mello. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2006, 1ª Edição.

¹⁰. A palavra política deriva de *pólis*, a cidade-estado. A política, portanto, constitui-se nas relações que se dão no interior da polis, isto é, as relações entre classe sociais.

¹¹. “Portanto, se Barth afirma que negamos toda e qualquer retroação dos reflexos políticos, etc. do movimento econômico, então ele simplesmente está se batendo contra moinhos de vento. Basta que ele olhe o *18 Brumário* de Marx, no qual se trata quase apenas do *papel específico desempenhado pelas lutas e pelos eventos políticos*, naturalmente dentro de sua dependência *geral* das condições econômicas. Ou *O Capital*, por exemplo, no capítulo sobre a jornada de trabalho, onde a legislação, que é, afinal, *um ato político*, atua de um modo tão incisivo. Ou o capítulo sobre a história da burguesia (o 24º capítulo). Ou então, *por que lutáramos, nós pela ditadura política do proletariado se o poder político é economicamente impotente?* O poder (ou seja, o poder do Estado) *também é uma potência econômica*”. ENGELS Friedrich. *Carta a Conrad Schmidt* de 27 de Outubro de 1890. Ver em FERNANDES Florestan org. *K. Marx - F. Engels: História*, São Paulo, Editora Ática, 1983. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Grifado por mim.

Estado Burguês e o modo de produção capitalista isto é, *a contradição entre o Estado-Nação e o Mercado Mundial*.

A contradição entre estes dois elementos fundamentais do capitalismo tem como pressuposto um paradoxo que surge na gênese de ambos. O Estado-Nação aparece na história moderna para fornecer a infraestrutura sócio-econômica necessária para o crescimento e expansão do mercado mundial (o desenvolvimento das fronteiras nacionais; a pacificação interna dos conflitos dos nobres entre si; o desenvolvimento da navegação comercial; a política de colonização; a regulamentação das relações comerciais no interior de cada nação; etc.) que, na época do surgimento daquele, dava os seus primeiros passos.

À medida que se desenvolve, o mercado mundial tende sempre a roubar do Estado-Nação a sua autodeterminação interna em favor da internacionalização cada vez crescente das relações capitalistas¹². Essa tendência, entretanto, se inverte em tempos de crise, onde a globalização das relações capitalistas generaliza a recessão.

O Estado-Nação volta, nesses momentos, a ocupar a cena de destaque atuando em dois sentidos: a) no controle das revoltas da classe trabalhadora; b) na normalização (primeiro internamente e logo depois articulado a outros Estados) das relações capitalistas para que, num futuro próximo, se possa retomar o crescimento do mercado mundial.

Nesse sentido, a esquerda marxista sempre tomara como pressuposto de sua elaboração política o momento histórico onde o Estado-Nação aparecia como o elemento central da economia capitalista (tendo sempre em vista que essa centralidade tem um caráter transitório). Este mesmo Estado poderia representar sob certos aspectos para a classe trabalhadora, um elemento progressista.

As reivindicações democráticas surgem necessariamente deste papel progressivo do Estado-Nação no desenvolvimento social. Esse papel ocorre em dois momentos históricos particulares. Num primeiro momento, onde a burguesia necessariamente, precisa, para desenvolver-se como classe social, também desenvolver as forças produtivas da sociedade. Por esse papel central do Estado-Nação a disputa pela tomada deste (através da luta por reformas sociais e democráticas necessárias para a melhoria imediata das condições de vida da classe trabalhadora) apresentava um campo de lutas onde a organização dos trabalhadores poderia ganhar terreno e mudar a correlação de forças.

Num segundo momento, é quando o proletariado dos países de organização industrial retardatária assume o poder político. Nesse caso a execução das tarefas históricas abandonadas pela burguesia também é desempenhada pelo Estado-Nação, tendo, não obstante, um programa político de orientação proletária.

Não obstante, no debate político sobre a relação entre a luta social imediata e a luta política na América Latina, há que se levar em conta um aspecto que a esquerda contemporânea freqüentemente não observa de forma concreta: a crise contemporânea dos Estados-Nação diante da sua incapacidade em resolver vários dos grandes problemas sociais, de seus países, como o problema do desemprego.

¹². Para uma análise das relações entre os grupos monopólicos e o Estado ver em LÊNIN I. Vladimir. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo em Obras Escolhidas* em seis tomos, de V. I. Lenine, Editorial Avante!-Edições Progresso, Lisboa-Moscou, 1984.

O que a história das revoluções sociais do século XX e a crise estrutural que acometeu a sociedade capitalista nos últimos quarenta anos demonstram com toda a evidência, é a tendência inevitável do desenvolvimento social de cada nacionalidade em particular ser condicionado pelos interesses dos grandes grupos econômicos e a incapacidade dos Estados Nacionais em interferirem efetivamente nos principais problemas sociais dos nossos tempos.

A crise política do século XX (herdada pelo século XXI) é a incapacidade dos Estados-Nação resolverem por si mesmos os seus problemas sócio-econômicos. Essa crise está por trás, tanto da desagregação do Estado do Bem-Estar social quanto da dissolução do bloco socialista liderado pela URSS¹³.

Na esquerda latino-americana o debate político se fundamenta no paradoxo ocasionado pela crise contemporânea do Estado-Nação e a necessidade deste mesmo para a luta contra o avanço da dominação imperialista. Na luta pela autonomia política dos países latino-americanos, o Estado-Nação desempenha um papel central, não obstante, este mesmo Estado, sozinho, já não tem condições de resolver plenamente os problemas sociais da sociedade contemporânea. Essa realidade será melhor observada quando, a seguir, se fará a reconstituição do desenvolvimento do neoliberalismo na América Latina e no Brasil.

2. As transformações no Mercado Mundial no Final do Século XX e a globalização:

Após a crise do Petróleo em 1973, começa-se a identificar uma tendência de queda na taxa média de lucro na economia mundial. As constantes crises periódicas que atormentaram o mercado financeiro entre o final dos anos oitenta e todo o período dos anos noventa, não são mais do que os sintomas desta tendência geral¹⁴. Assim como a crise internacional de 1873-1896 estimulou uma nova forma de associação do capitalismo internacional (a associação imperialista) essa última crise leva a uma reorientação das linhas organizativas do mercado mundial.

O Consenso de Washington em 1989¹⁵, não foi senão a síntese de uma série de encontros internacionais, cujo objetivo era sistematizar práticas que já vinham sendo implementadas em todo o mundo (em especial na Inglaterra, no governo de Margareth Thatcher e Ronald Reagan nos Estados Unidos) que tinham como objetivo a reorientação dessa tendência a partir de duas indicações¹⁶. Esse novo conjunto de políticas se caracteriza principalmente pela intensificação da internacionalização do capital através da diminuição da influência do Estado sobre a circulação do capital especulativo. Isso leva a uma reorientação dos objetivos do Estado, no sentido de que este passa agora a defender a influência do setor privado nos serviços e políticas públicas. Esse segundo princípio é o pressuposto para fundamentar o discurso da defesa

¹³. Ver em HOBBSAWM Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Tradução Marcos Santarrita, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

¹⁴. Para uma leitura sobre essa problemática ver em MANDEL Ernest. *O Capitalismo Tardio* Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1985. Coleção *Os Economistas*. Cap. 1. *As Leis de Movimento e a História do Capital* pgs. 07- 28.

¹⁵. “Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciara oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais”. Paulo Nogueira Batista Jr. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*, ver em SOBRINHO L. Barbosa e outros autores. *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

¹⁶. HARVEY David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradutores: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves EDIÇÕES LOYOLA Rio de Janeiro 2008.

das privatizações das empresas estatais e das parcerias público-privadas na implementação das políticas públicas¹⁷.

No entanto, é preciso problematizar em que sentido se orientava essas determinações. Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, mantêm internamente uma política de proteção dos seus mercados internos¹⁸ da concorrência externa, no entanto, exige como prioridade para a política econômica dos países periféricos, a abertura dos seus mercados internos à concorrência internacional. As grandes potências mundiais exigem a orientação da política econômica dos países periféricos para o cumprimento do pagamento de suas dívidas internas e externas através das determinações do Fundo Monetário Internacional – FMI, no entanto, são os países desenvolvidos os maiores devedores do mercado mundial e pouco se preocupam com o pagamento de suas dívidas¹⁹.

Em resumo, pode-se dizer que o neoliberalismo inaugura uma nova fase na relação entre países ricos e países pobres, no sentido de aumentar a dependência destes últimos, na medida em que seus mercados internos passam a ser determinados seja pelas oscilações do capital financeiro, seja pela agenda de compromissos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Não obstante, é preciso assinalar algumas das conseqüências práticas dessa reorientação política e econômica. As barreiras internas dos mercados nacionais são demolidas, a economia mundial passa a subordinar-se cada vez mais ao capital financeiro e aos grandes grupos transnacionais²⁰. Outra conseqüência é a formação de blocos econômicos regionais que passam a exercer um papel de proteção dos mercados locais (Europa, com o Mercado Comum Europeu; Ásia com os Tigres Asiáticos e América do Sul com o MERCOSUL; NAFTA, na América do Norte) uma vez que os Estados Nacionais já não teriam mais condições de proteger integralmente seus mercados por si mesmos.

Essas transformações também influenciarão os movimentos sociais e populares. A reorganização do mundo do trabalho, tendo em vista a reestruturação produtiva, é o principal pressuposto do agravamento das crises durante o final do século XX e, conseqüentemente, do avanço das políticas neoliberais. A nova reorientação do mundo do trabalho reduziu o poder do movimento operário como movimento de massas, causando um enfraquecimento do movimento sindical.

Várias categorias de trabalhadores, com a reestruturação produtiva, diminuiriam consideravelmente. Um grande exemplo desta tendência no Brasil foi o exemplo dos trabalhadores bancários. A perda da força de grande parte do movimento sindical afetou principalmente as orientações políticas dos dirigentes sindicais que passam a investir nas eleições, levando métodos burocráticos e a força dos aparelhos sindicais para as disputas entre as correntes de esquerda.

¹⁷ Ver em TEIXEIRA Francisco J. S. *Modernidade e Crise: reestruturação capitalista ou o fim do capitalismo?*, em *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. TEIXEIRA Francisco J. S. Editora Cortez – UECE, 1996.

¹⁸ Em Agosto de 2009 a OMC julgou a resistência do governo americano em abrir o seu mercado interno às exportações de sucos de laranja do Brasil. Ver em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/08/28/materia.2009-08-28.6773108546/view>.

¹⁹ BATISTA N. Paulo Jr., *ibidem*.

²⁰ No setor energético brasileiro, sete grandes empresas privadas controlam toda a rede de energia elétrica do país: RGE; CPFL ENERGIA; ENDESA; LIGHT; ELETRONORTE; ALCOA; TRACTBEL ENERGIA – SUEZ. É preciso lembrar que essas empresas operam com concessão do Estado Brasileiro e são isentas de pagar vários tributos. Ver em *A Luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética*. Cartilha do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, 2008.

Houve também um redirecionamento das organizações populares e sua relação com o Estado tendo em vista as novas determinações deste último. Com a diminuição do papel do Estado na implementação das políticas sociais, estas vão se reduzindo a políticas assistencialistas, enquanto por outro lado, o Estado passa a recorrer à política de militarização e isolamento das comunidades de periferia, como forma de conter as explosões de violência. Ao lado da violência policial o Estado, para se sustentar, procura construir, em algum grau, consensos, utilizando-se da influência organizativa das ONGs e movimentos populares.

Segundo o IBGE (2002) existem no Brasil mais de 270 mil ONGs e instituições privadas, as quais, em grande medida estão a serviço da produção de “consensos” na sociedade. Estas organizações atuam em substituição ao Estado, realizando atividades de personalização das diferenciações sociais e atuando em projetos territoriais junto às chamadas minorias pobres, exercendo papel de mediador nos conflitos sociais²¹. Algumas das principais ações desse caráter feitas por estas organizações são os projetos nos temas da educação, saúde básica, meio ambiente, participação social, desenvolvimento cultural e juventude.

É neste contexto que este artigo procura descrever o processo de privatização da COELCE e suas conseqüências para a classe trabalhadora cearense.

3. O Processo de Privatização da COELCE e suas Conseqüências para a Classe Trabalhadora no Ceará:

A eleição presidencial de 1989 assinala, ao mesmo tempo, o ápice das lutas sociais dos anos 80 e o seu posterior declínio na década seguinte. Tal paradoxo deve ser observado à luz do cenário internacional da época. Enquanto os movimentos sociais e os partidos de esquerda do Brasil voltam à cena política, neste mesmo período, têm-se o fim da União Soviética e a dissolução do bloco socialista a nível mundial.

Essa nova realidade traz para as organizações socialistas o fim das referências de uma alternativa concreta ao capitalismo. Muitas dessas organizações cedem ao discurso da inviabilidade histórica do socialismo que teria se mostrado impotente diante da integração dos mercados promovida pela globalização, que se apropriara também dos países do bloco socialista.

Ao mesmo tempo, (como foi mencionado no tópico anterior) a reestruturação produtiva alterou a dinâmica interna do movimento sindical na medida em que, influenciou diretamente as categorias de trabalhadores, seja na redução de algumas, seja na eliminação completa de outras categorias. Nas comunidades de periferia, o movimento popular e várias organizações da sociedade civil (ONGs e outras

²¹ Em entrevista à *Revista Eletrônica do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB*, o professor Henri Acselrad fala sobre o uso de técnicas de desmobilização social e formação de consenso na relação entre as grandes empresas energéticas e as comunidades atingidas: “Neste início do século XXI, em inúmeros países da América Latina, é visível o esforço para a criação de projetos voltados à difusão de técnicas de ‘resolução de conflitos ambientais’. Originadas em instituições sediadas em países centrais e voltadas para a ‘capacitação’ de entidades de países periféricos, tais iniciativas pretendem a difusão de modelos de análise e ação que pressupõem que a paz e a harmonia deveriam surgir de um processo de despolitização dos conflitos através de táticas de negociação direta capazes de ‘fornecer ganhos mútuos’, tanto para as comunidades que serão prejudicadas, quanto para os empreendedores. Em nome de oferecer ‘uma técnica de solução de conflitos rápida, ágil, flexível e particularizada a cada caso’ e ‘uma justiça menos dispendiosa’, tratam de psicologizar o dissenso e tecnificar seu tratamento através de manuais destinados a transformar os ‘pontos quentes’ em ‘comunidades de aprendizado’. Isso acontece justamente nos países que exportam seus recursos naturais, através de barragens, por exemplo. Para tornar aceitáveis as condições de inserção internacional destas economias, seria necessário neutralizar, de algum modo, a ação das populações que resistem aos processos de concentração de recursos naturais nas mãos de grandes interesses econômicos, seja no âmbito da gestão das águas, dos solos, da biodiversidade ou das redes de infra-estruturas”. Ver a reportagem completa em: http://www.mabnacional.org.br/noticias/190908_setor_eletrico.html.

instituições privadas) passam a ser utilizados pelo Estado, na execução de políticas públicas, o que leva conseqüentemente, à institucionalização de boa parte dessas organizações.

Nesse sentido, é possível apontar dentre os elementos (externos e internos) que influenciaram para o descenso das lutas de massas na década de 90 do século XX, os seguintes:

1. A influência negativa do fim de uma experiência de organização socialista da sociedade que, a despeito de seus problemas históricos, ainda era a principal referência para várias organizações de esquerda no mundo, perdendo-se de vista a discussão de uma alternativa histórica para o capitalismo.
2. O fracionamento das organizações internacionais da classe trabalhadora.
3. No Brasil, a formação dos movimentos sociais e populares dá-se no interior do processo de redemocratização. A luta pela democratização da sociedade colocava-se como tarefa imediata para as organizações de esquerda, dando continuidade à luta pela democracia agora num contexto diferenciado, isto é, no próprio Estado Constitucional.
4. As tarefas democráticas da esquerda brasileira combinavam-se com a crise interna do movimento sindical e o processo de institucionalização dos movimentos urbanos, ambos passaram (cada um a seu modo) a ver nas gestões do Estado (em suas várias instâncias municipal, estadual e federal) a saída para os problemas cotidianos oriundos das contradições de classe. Tal realidade levou os movimentos sociais e partidos de esquerda a alimentarem exageradas expectativas em relação ao Estado Constitucional.
5. Esses elementos influenciaram no debate programático e na definição tática dos partidos de esquerda, dando-se prioridade para a disputa eleitoral e para a discussão de programas de gestão de Estado, deixando-se de lado a discussão estratégica tanto da luta anticapitalista, quanto da organização socialista da sociedade.

Esses elementos ajudam (embora sejam insuficientes para explicar o fenômeno em sua complexidade) a entender a dificuldade da esquerda em fazer frente às forças neoliberais no Brasil e a mostrar que, no momento em que fora possível que isso acontecesse (isto é, nas eleições presidenciais de 2002), houve a capitulação do Partido dos Trabalhadores e, (com a derrota da tática eleitoral como principal instrumento de ação das forças de esquerda²²) a dissolução da unidade programática das esquerda.

Entretanto, no início da década de 1990 as forças neoliberais no Brasil que assumiram o poder no governo de Fernando Collor iniciaram a abertura do mercado brasileiro às importações sob o argumento de preparar as empresas nacionais para a competição mundial.

Tem-se assim, a instituição do Programa Nacional de Desestatização (PND). Criado pela Lei nº 8.031/90. Esse programa incluiu empresas dos setores de siderurgia, mineração e petroquímica, entre outros.

²² A tática da disputa eleitoral era defendida em dois sentidos. O primeiro é que possibilitaria às forças de esquerda chegarem ao poder, através do apoio popular, isto é, de que o período eleitoral seria um momento de rearticulação de forças a nível nacional. A experiência da capitulação do PT, demonstrou que este argumento não é correto como um argumento *a priori*. O segundo argumento é de que este momento permitiria um maior diálogo com a população, o que, de fato, ocorreu em 2002, no entanto, percebe-se, posteriormente o descrédito da população em geral com o processo eleitoral a ponto de o Estado gastar milhões e milhões em propaganda apelando para que os cidadãos votem.

No governo Fernando Henrique ele foi revogado e substituído por um novo PND regularizado pela Lei Nº 9.700/1998. De 1991 a 2002, o PND determinou a privatização de 69 empresas²³.

Mesmo a desestabilidade política causada pelo processo de *impeachment* de Collor, não foi suficiente para se retomar uma ofensiva dos movimentos sociais contra as forças neoliberais. A saída para a crise proposta pelo neoliberalismo fora o Plano Real, anunciado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real inaugura uma nova orientação na política econômica que vinha a atender à agenda de compromissos do país, que tinha agora como objetivo, a reversão do quadro inflacionário e a estabilidade de preços, sob uma política de juros elevados.

A política de estabilidade econômica a juros altos contribuiu para o crescimento da dívida pública interna. Para fechar o balanço de pagamentos, o País, de 1995 a 2000, precisou de novos capitais externos (investimentos ou empréstimos), tanto para cobrir o déficit da balança comercial, como para suprir o déficit do balanço de "serviços e rendas" (o déficit em transações correntes)²⁴.

As crises no mercado financeiro internacional só tornaram o cenário econômico mais complicado, pois aumentou a dificuldade do país em atrair investimentos externos e, ao mesmo tempo, aumentou as pressões para o pagamento das dívidas, levando o Governo Federal a procurar aumentar as exportações no sentido de aumentar o *superávit* primário, de onde vem o pagamento destas dívidas (assim como dinheiro conseguido com as privatizações). A partir de 2001, o País passa a exibir um superávit comercial de US\$ 11,6 bilhões²⁵.

De forma geral, esse período (1994-2001) foi marcado pela penetração intensa do capital estrangeiro na economia nacional. De 1995 a 2000, o Brasil recebeu US\$ 124,8 bilhões em "investimentos diretos estrangeiros", e a "dívida externa total" subiu de US\$ 129,3 para US\$ 231,3 bilhões²⁶.

No Ceará, a política de privatizações e de terceirização dos serviços públicos já vinha sendo implementada desde o final dos anos oitenta, no Governo Tasso Jereissati, com a política de concessões públicas e isenção fiscal para a vinda de indústrias para o interior²⁷. Na cidade de Fortaleza, a Prefeitura Municipal passa a terceirizar o serviço de coleta do lixo e o sistema de transporte público. Como a política de privatizações ganha nos anos noventa, uma sistematicidade que parte do próprio governo Federal, o Governo Estadual passa à privatização das suas empresas mais importantes.

No dia 21 de Agosto de 1997, o Governo Estadual fez aprovar o requerimento pedindo a autorização para a privatização da Companhia de Energia Elétrica do Ceará - COELCE²⁸. Os argumentos deste em favor da privatização eram de que, com os recursos arrecadados, seria possível fazer obras como: a interligação das bacias hidrográficas; a construção da cidade de Nova Jaguaribara, a construção da

²³. Os dados utilizados neste artigo sobre a história política econômica no Brasil durante os anos de 1990 – 2001 foram obtidos no artigo de Newton Freitas, *História Econômica do Brasil*, disponível no site: <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=19>.

²⁴. Ibidem

²⁵. Ibidem.

²⁶. Ibidem.

²⁷ TEIXEIRA, Francisco José Soares. *CIC: A Razão Esclarecida da FIEC*. Instituto da Memória do Povo do Ceará, Fortaleza, p. 01-24, 1995.

²⁸. As informações que foram utilizadas neste trabalho para compor a história da privatização da COELCE, foram conseguidas a partir da matéria do jornal *O Povo* de 29 de Março de 2008, disponível em arquivo eletrônico através do portal: www.opovo.com.br/conteudoextra ; também na página eletrônica do Deputado estadual Artur Bruno - PT. <http://www.arturbruno.com.br>

infra-estrutura do Complexo Industrial-Portuário do Pecém, o entreposto alfandegário de cargas do Aeroporto Pinto Martins e o METROFOR. A maioria governista aprovou o requerimento por 29 votos a 15.

O processo de privatização teve seu início efetivo com a emissão do Decreto n.º 24.559, de 25/7/97. Por esse dispositivo legal, a Coelce foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) e, com a aprovação da Lei n.º 12.722, de 18/9/1997 pela Assembléia Legislativa do Estado, o Governo do Ceará foi autorizado a privatizar a Companhia.

A privatização foi realizada em leilão público na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro no dia 2 de abril de 1998. O *Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A.*, formado por *Endesa* (Espanha), *Enersis* (Chile), *Chilectra S.A.* e *Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro* (Cerj), atualmente *Ampla*, passou a ter os direitos sobre a distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará por 30 anos. A COELCE foi comprada por R\$ 987 milhões, ágio de 27,2% acima do preço mínimo de venda que era R\$ 775,9 milhões. Ao final do processo de privatização o governo de Tasso Jereissati, arrecadou R\$ 1,123 bilhão.

A privatização da COELCE não fora um caso isolado. Na mesma época a ESCELSA (Espírito Santo) e LIGHT/CERJ (Rio de Janeiro), também foram privatizadas. Mais de 80% das empresas distribuidoras de energia foram privatizadas no período de 1995 a 1998. Essas empresas, após privatizadas, tiveram um aumento das tarifas de energia elétrica e a piora dos serviços prestados. A LIGHT teve um aumento de 216% nas reclamações e a CERJ 87%. A ESCELSA chegou a ter três aumentos seguidos na tarifa: 30% em 12/11/95; 14% em 28/04/96 e 5% em 21/10/96.

No caso da privatização da COELCE, essa tendência logo se repetiu. Segundo o então presidente do Sindicato dos Eletricitários do Estado (Sindeletro), José Flávio Maia Uchôa, em sete anos (1998-2005) o número de funcionários da empresa caiu de 1.834 para 1.346 — redução de 26,6%; 80% dos trabalhadores do setor elétrico foram terceirizados.

Em 1997, (um ano antes da privatização), cerca 97% da população cearense atribuíam à Coelce qualidade na prestação de serviço como *ótimo, bom e regular*. Esse número caiu consideravelmente nos primeiros dois anos após a privatização. Segundo os indicadores de qualidade do serviço que medem a duração das interrupções do fornecimento de energia (DEC) e a frequência das interrupções do fornecimento (FEC), apurados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os serviços de atendimento da COELCE só começaram a melhorar a partir de 2002. Até 2006 houve um aumento de tarifa de 213,59%²⁹. Confira abaixo o perfil da COELCE nos anos entre 1998-2006³⁰.

²⁹. Matéria do Jornal *Diário do Nordeste* de 30/03/2008, disponível através do site: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=524758>

³⁰. A fonte para os dados listados neste parágrafo fora a Cartilha: *Impactos sociais da presença do grupo Endesano Brasil-Estudo de Caso: Coelce*. Publicada pelo Sindicato dos Eletricitários do Ceará – SINDELETRO, 2007.

COELCE PERFIL PÓS-PRIVATIZAÇÃO

Ano	Lucro (milhões)	Aumento de Tarifa	Reajuste Salarial funcionários	Nº Clientes Dezembro (milhões)	Nº Empregados (dezembro)	Relação Cliente/ Empregado	Demissões sem Justa Causa	Mortes: Coelce Prestador as
1998 (1)	27,9	6,6%	0,0%	1,62	2797 (2)	579	1.000	1
1999	74,9	11,43%	3,86%	1,65	1.958	844	34	12
2000	83,8	10,19%	4,6%	1,79	1.592	1127	369	9
2001	115,5	15,04%	9,8%	2,04	1.464	1310	128	8
2002	83,2	14,27%	7,0%	2,16	1.401	1435	54	6
2003	91,4	31,29%	16,15%	2,25	1.375	1533	31	0
2004	36,5	11,12%	5,72%	2,33	1.337	1668	52	1
2005	189,1	23,59%	5,42%	2,43	1.319 (3)	1848	54	1
2006	165 (5)	1,6%	3,48%	2,5	1.300	1.923	15 (4)	2
Total	867,3	213,59%	61,87%	-	1811	40		

(1) - DATA DA PRIVATIZAÇÃO: 02/04/1998

(2) - NA DATA DA PRIVATIZAÇÃO, EM ABRIL DE 1998

(3) - 5.700 EMPREGADOS TERCEIRIZADOS E 184 ESTAGIÁRIOS

(4) - NÚMEROS CONSOLIDADOS ATÉ 14/12/06

(5) - NO PRIMEIRO SEMESTRE

Em 2007, ano em que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL procedeu a segunda revisão da tarifa elétrica, sugerindo uma proposta de redução 6,67% na tarifa de energia elétrica. Esta redução teve como motivo o histórico de aumento na tarifa elétrica. Esse encarecimento do preço da tarifa elétrica tinha como pressuposto, o contrato de compra de energia com a TERMOFORTALEZA³¹.

A ENDESA (maior acionista do grupo que comprara a COELCE) também havia comprado a empresa termoelétrica TERMOFORTALEZA. A Companhia havia estabelecido com a termoelétrica um contrato de compra de uma parte da sua energia, repassando os custos desta compra para a conta de energia.

A termoelétrica, entretanto, não era capaz de produzir a energia que se comprometera a vender. Ela comprava no mercado livre a energia que não conseguia gerar, por um preço bem abaixo do valor que repassava para a COELCE. Esta, por sua vez, repassa este valor na conta de luz.

Desde 2005/2006, os movimentos sociais têm denunciado à COELCE, no processo de campanha contra o alto preço da tarifa de luz. Em Julho de 2006, houve a primeira manifestação denunciando a Companhia. Esse processo, mesmo tendo suas discontinuidades, aliado ao apoio de alguns parlamentares da Assembléia Legislativa, avança para a CPI da COELCE, instalada em Maio de 2009, cujo relatório foi apresentado no início de Dezembro de 2009.

³¹. Sobre o processo de redução do preço da energia elétrica da COELCE, ver as informações do site: http://www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Estudos_Especiais.asp?id=18934

O relatório apresentado pelo deputado estadual Lula Moraes (PC do B)³², afirma que ocorreram vários erros na metodologia de cálculos dos reajustes das contas de energia elétrica no Ceará. O documento afirma que os aumentos nos anos de 2002, 2004, 2005, 2006 e 2009 foram abusivos. Neste último ano, o aumento foi em mais de 13%. O relatório questiona também porquê a Coelce compra energia elétrica da Central Geradora Termelétrica de Fortaleza (TERMOFORTALEZA)³³.

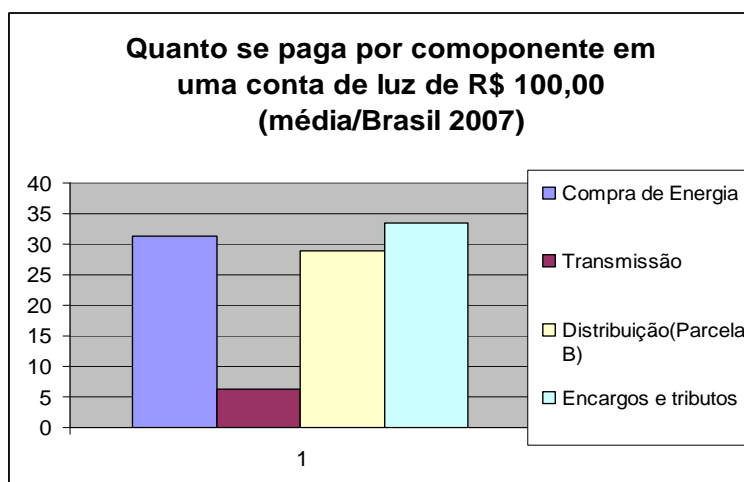
Com a elaboração do relatório da CPI da COELCE, têm-se a conclusão de um primeiro período de lutas, onde, a pauta da redução da tarifa energética, levou à luta pela reestatização como palavra de ordem para os movimentos sociais do Ceará.

Não obstante, é preciso se compreender alguns aspectos desta luta, para que o conjunto dos movimentos sociais não alimentem, por um lado, falsas expectativas quanto aos efeitos reais que a reestatização possivelmente traria aos trabalhadores do Estado e, por outro lado, sob que aspectos esta luta pode estar relacionada à luta política estratégica da classe trabalhadora.

4. Das Conseqüências da Reestatização para o Preço da Conta de Energia no Estado do Ceará:

Quando se trata da relação entre o preço da tarifa energética e a reestatização, deve-se ter em conta o seguinte questionamento: Qual a diminuição real do valor da tarifa, caso a COELCE seja reestatizada?

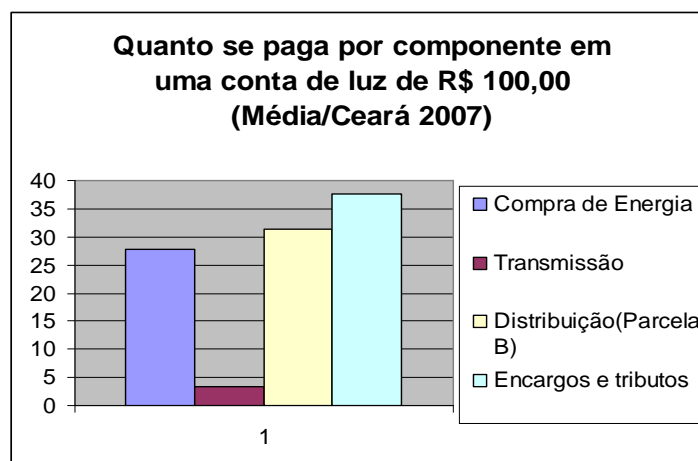
Vejamos aqui os gráficos que se referem à composição do preço da tarifa de energia elétrica no Brasil e no Ceará:



Fonte: Superintendência de Regulação Econômica (SRE) - ANEEL - 12/2007.

³². Matéria do Jornal *O Povo* de 31/12/2009. Disponível em arquivo eletrônico através do site: www.opovo.com.br/conteudoextra

³³. Artigo do Jornal *O Povo* de 03/12/2009. *Ibidem*



Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – 2007.

Como se pode verificar nos dois gráficos acima a porcentagem da distribuição tem um peso bastante pequeno na composição do preço da conta de energia elétrica. Isso significa que, caso a COELCE seja reestatizada, o a diminuição real do preço da tarifa seria em torno de trinta por cento do valor total. Nesse sentido, a Companhia só teria autonomia para administrar trinta por cento do todo o valor da conta de luz.

Significa dizer que a luta pela reestatização deva ser abandonada como horizonte estratégico da Campanha da Energia no Ceará? Não, mas é preciso que se tenha em conta dois aspectos importantes neste debate:

1º) Não se dissociar o debate pela reestatização de um debate nacional em torno da compra de Energia (nesse sentido, deve-se ter em vista o debate sobre o papel da ANEEL), assim como dos encargos tributários ao Estado que acabam tendo o maior peso na definição final do preço da conta.

2º) O debate da reestatização deve ter como elementos constitutivos o debate sobre o controle público da própria COELCE, isto é, da criação de mecanismos de participação popular na empresa, tanto no sentido de fiscalizar a administração quanto no sentido de participar das decisões orçamentárias da empresa. Essas duas exigências levam-nos ao aspecto político da discussão da reestatização, no sentido da relação entre a luta pela reestatização e a luta estratégica da classe trabalhadora.

5. A Relação entre a Luta contra as Privatizações e a Luta Estratégica da Classe Trabalhadora:

Num artigo chamado *Sobre o Estado na América Latina*³⁴, Ruy Mauro Marini procura traçar sobre que eixos deve se orientar as lutas dos movimentos populares no período da década de 90:

“Sobre o tema que nos ocupa, a emergência de uma nova ordem estatal na América Latina, trabalharei três questões principais. A primeira tem a ver com os modos de participação da sociedade nas estruturas e no exercício do poder, quer dizer, com a democracia. A segunda, com a capacidade dessa sociedade para formular e implementar políticas *atendendo a seus próprios interesses*, o que concerne à autonomia e, assim também, à

³⁴. MARINI Ruy M., *opt cit.*

dependência. A terceira questão, enfim, se estabelece na perspectiva do futuro da América Latina, no contexto das transformações pelas quais passa o mundo neste final do século XX³⁵”.

Marini fala, portanto, do novo contexto político em que os movimentos populares agora terão de fazer sua luta, isto é, o Estado Democrático, tendo como referência “os modos de participação da sociedade nas estruturas e no exercício do poder”, entretanto, esses “modos de participação” são relativos à capacidade dos movimentos em “formular e implementar políticas *atendendo a seus próprios interesses*”, isto é, à capacidade das forças populares se imporem enquanto força social.

Segundo o autor, as lutas democráticas na América Latina, ao final das ditaduras militares que começam a se extinguir nos últimos anos da década de 70, trazem para as forças populares o debate contra a burguesia sobre as formas de democratização do Estado durante o período de transição entre as ditaduras militares e os novos governos constitucionais. Segundo este:

“[...] Se, por um lado, no Brasil, a burguesia incentivou o desenvolvimento destes movimentos, por outro lado, levou ao fracasso a campanha pelo restabelecimento das eleições presidenciais diretas (o chamado movimento pelas ‘Diretas Já’). Isso esclarece a tática empregada pela burguesia latino-americana para assumir a liderança dos processos de democratização.

Em união com o imperialismo a burguesia acabou por conseguir o seu objetivo. A hegemonia desta aliança se traduziu na implementação de um projeto de caráter democrático e liberal³⁶”.

No entanto, ainda que, neste novo período, a burguesia tenha conquistado o controle das formas fundamentais de controle do Estado Constitucional, o novo contexto das lutas democráticas pode vir a fortalecer as reivindicações dos movimentos sociais no seguinte sentido:

“Ao lado de suas organizações tradicionais, como os sindicatos, o movimento popular conta hoje com *órgãos que são criados para assegurar seu direito à educação, ao transporte, à moradia, ao abastecimento de alimentos, luz e água*, os quais lhe conferem um tecido reivindicativo muito mais denso que no passado, e uma capacidade insuspeitada para compreender, manipular e controlar os complexos mecanismos de produção e circulação de bens e serviços. Assim, quando a burguesia sustenta um modelo de sociedade que transfere esses mecanismos de controle ao mercado e ao Congresso Nacional, lugares onde ela reina soberana, *o movimento popular pode lutar por seu próprio esquema de regime social*, baseado na organização das massas *em função dos seus interesses imediatos* e em sua *participação direta nos espaços pertinentes de decisão*”.

Note-se que, ao mesmo tempo em que ele identifica no Estado Constitucional os “*órgãos que são criados para assegurar seu direito [à classe trabalhadora] à educação, ao transporte, à moradia, ao abastecimento de alimentos, luz e água*”, conferindo às reivindicações do movimento popular “um tecido reivindicativo muito mais denso que no passado, e uma capacidade insuspeitada para compreender, manipular e controlar os complexos mecanismos de produção e circulação de bens e serviços”; ele assinala que, dentro dessa estrutura estatal, a classe trabalhadora não pode almejar a hegemonia, já que, a burguesia tem o controle dos principais mecanismos de poder deste Estado. A luta política do movimento popular,

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

dentro das possibilidades institucionais oferecidas pela democracia burguesa, deve se voltar para “*lutar por seu próprio esquema de regime social, baseado na organização das massas em função dos seus interesses imediatos e em sua participação direta nos espaços pertinentes de decisão*”.

Esse aspecto da luta política do movimento popular *deve estar imediatamente relacionado às suas reivindicações democráticas*. No entanto, como, ele mesmo afirma, a criação desses espaços não está relacionada à luta pela ampliação dos mecanismos de participação popular no Estado Burguês, mas “na organização das massas em função dos seus interesses imediatos”, ou seja, são mecanismos que nascem no interior das lutas democráticas, mas que *não estão direta e institucionalmente ligados à estrutura do Estado*. Esse princípio é imediatamente aplicado quando trata na luta que o movimento popular deve travar contra as privatizações:

“A experiência dos povos latino-americanos, ensinou ao movimento popular que a concentração de poderes nas mãos do Estado, *quando este não é seu*, apenas reforça o sentido do mesmo como máquina de opressão da burguesia. Hoje, *interessa ao movimento popular enfraquecê-lo*, subtrair-lhe forças econômicas e políticas, *desde que isso implique transferência de atribuições e riquezas para o povo e não para a burguesia*. Assim, o fim da política protecionista é visto com benevolência. Sobre as *privatizações*, o movimento popular – sem perder de vista que a propriedade pública sempre é mais permeável às suas demandas do que a propriedade privada – *orienta-se em direção da proposta de uma área social regida pelo princípio da autogestão e da subordinação dos instrumentos estatais de regulação às organizações populares*”.

A criação de mecanismos de controle e regulamentação popular sobre as empresas estatais é, portanto, um aspecto importante na luta contra as privatizações que lhe confere um caráter anticapitalista e emancipatório. No entanto, estes mecanismos institucionais são ineficientes caso o movimento popular não disponha de sua autonomia política dentro desses espaços. O que ocorre geralmente, quando se criam espaços de participação popular no Estado Burguês é a cooptação de grande parte dos movimentos populares na estrutura destes espaços. Esse fenômeno ocorre, em primeiro lugar pelas próprias características que o movimento popular assume no início da década de 90 apontados anteriormente, e, em segundo lugar, pela falta de instrumentos de auto-organização política da classe trabalhadora que não estejam ligados à estrutura organizacional do Estado. A *produção de espaços de organização autônoma da classe trabalhadora* nos diversos momentos em que o movimento popular levantar as lutas pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e na luta pelas reivindicações democráticas (que não devem perder de vista os limites da participação popular nas instituições do Estado, mas que não devem descartá-las) é o que constitui o elemento emancipador da classe trabalhadora e o seu horizonte estratégico na luta anticapitalista.

Conclusão:

Nesse sentido a luta pela reestatização da COELCE, para se colocar como uma luta que, ao mesmo tempo possa desembocar numa luta de massas e numa luta de caráter anticapitalista, segundo os elementos que procuramos desenvolver nesse trabalho, deve necessariamente, ter como mecanismos os seguintes aspectos:

1. Ela não deve perder de vista as reivindicações imediatas da população que sofre diretamente com os altos preços da energia.
2. Ela deve estar relacionada às outras lutas fundamentais que se relacionam com o debate sobre a infra-estrutura da cidade de Fortaleza, como a relação entre a COELCE e as obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014.
3. A criação de instrumentos institucionais em que os movimentos possam fiscalizar e influenciar diretamente na administração da Estatal (o mesmo vale para a luta pela reestatização de QUALQUER empresa estatal que tenha sido privatizada)
4. Ela deve se relacionar com a discussão estratégica pela matriz energética, principalmente no sentido de discutir com o Estado o debate sobre os encargos sobre o preço da energia e o preço da compra desta das grandes empresas energéticas.

A limitação desta apenas no contexto da luta parlamentar pela reestatização sem articulá-la à: 1) as lutas que envolvem a disputa pela cidade (no caso a luta contra remoção de população nas obras da Copa de 2014); 2) a disputa estratégica por uma nova matriz energética e 3) a criação de controle público da empresa; pode representar um importante momento da luta social no Estado, porém jamais poderá acumular forças no sentido de permitir no processo de lutas, a ascensão da consciência de classe nas pessoas envolvidas. Pelo contrário, tal limitação só reforçaria a dependência dos movimentos e suas bases organizadas, nas formas institucionais de poder do Estado Burguês.

BIBLIOGRAFIA

1. OBRAS; TRABALHOS ACADÊMICOS; PERIÓDICOS E CARTILHAS:

BEER, Max. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Tradução Horácio Mello. Expressão Popular, São Paulo, 2006, 1ª Edição.

MAB. Cartilha do Movimento dos Atingidos por Barragens. *A Luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais, pelos direitos e por soberania energética*, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Ciro Mioranza. Editora Escala, São Paulo, 2006, 2ª Edição. *Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal*.

FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução em Teoria da Organização Política vol. 2*. BOGO Ademar org. Editora Expressão Popular, São Paulo-SP, 2005, 2ª edição.

_____ (org). *K. Marx - F. Engels: História*, São Paulo, Editora Ática, 1983. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Grifado por mim.

GONÇALVES, Dorival Jr. Tese de Doutorado: ***“Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle dos Excedentes”***.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradutores: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves EDIÇÕES LOYOLA Rio de Janeiro 2008.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Tradução Marcos Santarrita, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

KAUTSKY /LÊNIN. *A Ditadura do Proletariado/A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Tradução de Eduardo Sucupira filho e Aristides Lobo. Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1989.

LÊNIN I. Vladimir. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo em Obras Escolhidas em seis tomos*, de V. I. Lenine, Editorial Avante!-Edições Progresso, Lisboa-Moscou, 1984.

LUXEMBURGO, Rosa *Greves de Massas, Partido e Sindicato*. Tradução de Geraldo Martins de Azevedo, em *Teoria da Organização Política vol. 1*. BOGO Ademar org. Editora Expressão Popular, São Paulo-SP, 2005, 2ª edição.

_____. *Reforma ou Revolução*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 1999.

SINDELETRO, Sindicato dos Eletricitários do Ceará. *Cartilha: Impactos sociais da presença do grupo Endesa no Brasil-Estudo de Caso: Coelce*, 2007.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio* Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1985. Coleção *Os Economistas*.

MARINI M. Ruy. *La Acumulación Capitalista Mundial y El Subimperialismo*. Ver em *Cuadernos Políticos n. 12*, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977.

_____. *Sobre o Estado na América Latina em Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2005.

MARX K./ENGELS F. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina, Editora BOITEMPO, São Paulo, 2005, 1ª Edição, 4ª reimpressão.

SOBRINHO L. Barbosa e outros autores. *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo, Paz e Terra, 1994

TEIXEIRA Francisco J. S. *Modernidade e Crise: reestruturação capitalista ou o fim do capitalismo?*, em *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – As Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. TEIXEIRA Francisco J. S. Editora Cortez – UECE, 1996.

_____. *CIC: A Razão Esclarecida da FIEC*. Instituto da Memória do Povo do Ceará, Fortaleza, p. 01-24, 1995.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.

2. SITES CONSULTADOS:

AGÊNCIA BRASIL: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/08/28/materia.2009-08-28.6773108546/view>

DEPUTADO ARTUR BRUNO – PT: PORTAL ELETRÔNICO: <http://www.arturbruno.com.br>

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO SETOR ENERGÉTICO- ILUMINA: http://www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Estudos_Especiais.asp?id=18934

NEWTON FREITAS – PORTAL ELETRÔNICO: <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=19>

REVISTA ELETRÔNICA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB:

http://www.mabnacional.org.br/noticias/190908_setor_eletrico.html

SITE DO JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE: *<http://diarionordeste.globo.com>*

SITE DO JORNAL O POVO: *www.opovo.com.br/conteudoextra*